



PORTALSUL VIGILÂNCIA S/S LTDA
CNPJ: 03.994.920/0001-60
RUA 14 DE JULHO, 1145 - IJUÍ - RS
FONE: (55) 3332-9520
E-mail: arthur@portalsulvigilancia.com.br
licitacoes@portalsulvigilancia.com.br

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ

Pregão ELETRÔNICO Nº 023/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ	
PROTOCOLO GERAL	
N.º	1402/2023
Para:	Licitacoes
Em:	06/07/23
Chefe Protocolo	

Manifestação de Intenção de Recurso

A empresa **PORTALSUL VIGILÂNCIA S/S LTDA**, CNPJ 03.994.920/0001-60, sediada na Rua 14 de Julho, nº 1145, Ijuí-RS, através de seu representante legal, manifesta intenção de recurso contra a habilitação da empresa GEATEL, com base nas irregularidades constatadas na documentação apresentada pela empresa classificada em 1º lugar.

A empresa não tem em seu objeto social a atividade de vigilância, não sendo habilitada a prestar os serviços exigidos pelo Edital.

Relação de profissionais disponíveis a menor do que o exigido pelo Edital.
Os registrados pela empresa são do CBO 5174-20 (vigia) e não vigilantes.

Estar em desconformidade com o item 6.1.1 - D - não apresentou autorização de funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. A atividade de vigilância requer autorização da Polícia Federal e Grupamento de Supervisão da Brigada Militar, documentos que a empresa GEATEL não possui.

A documentação que habilita o funcionário FELIPE MORAIS está vencida há 11 meses.

Os atestados de capacidade técnica fornecidos pela empresa são insuficientes, uma vez que não especificam quantidade postos, o único que especifica, consta 4 vigilantes, enquanto o Edital exige pelo menos 10 postos de 8 horas cada.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Ijuí, 06 de julho de 2023.


PortalSul Vigilância S/S Ltda.
Lucas Fernando Carré
CPF nº 004.336.010-60

03.994.920/0001-60
PORTAL SUL EMPRESA DE
VIGILÂNCIA S/S LTDA.
Rua 14 de Julho, 1145
CEP 98.700-000
IJUÍ - RS



PORTALSUL VIGILÂNCIA S/S LTDA

CNPJ: 03.994.920/0001-60

RUA 14 DE JULHO, 1145 - IJUÍ/RS

FONE: (55) 3332-9520

**E-mail: arthur@portalsulvigilancia.com.br
licitacoes@portalsulvigilancia.com.br**

A ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DA PREFEITURA DE IBIRUBÁ

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO PMI 23-2023

PROCESSO 134-2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ
PROTOCOLO GERAL
N.º 1422/2023
Para: Licitacoes
Em: 10/04/23
Chefe Protocolo

PORTALSUL VIGILANCIA SS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.994.920/0001-60, devidamente qualificada nos autos do processo de licitação supracitado, vem por meio de seu representante legal, infra-assinado, **tempestivamente**, diante de Vossa Senhoria, com a finalidade de apresentar suas **RAZÕES ADMINISTRATIVAS** face a equivocada habilitação da empresa declarada vencedora, pelos fundamentos que passa a expor:

SÍNTESE DOS FATOS

A empresa GEATEL SERVIÇOS DE TELEFONIA E SEGURANÇA LTDA foi declarada habilitada no pregão, mesmo tendo apresentado **documentação de habilitação deficiente**, restando em total desacordo com o exigido pelo Edital em seu item 6.

Conforme se verifica na documentação juntada pela recorrida, é evidente a constatação dos seguintes vícios insanáveis:

- 1 - A empresa não possui em seu objeto social a atividade de vigilância, não sendo habilitada a prestar os serviços exigidos pelo Edital.
- 2 - Relação de profissionais disponíveis a menor do que o exigido pelo Edital, inclusive, os registrados pela empresa são do CBO 5174-20 (vigia) e não CBO 5173-30 (vigilantes). + A documentação que autoriza o funcionário FELIPE MORAIS a desempenhar atividade de vigilante está vencida há 11 meses.
- 3 - Estar em desconformidade com o item 6.1.1 "D" - apresentar autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 4 - Os atestados de capacidade técnica fornecidos pela empresa são insuficientes, uma vez que não especificam quantidade de postos, e, o único que especifica, constam 4 seguranças, enquanto o Edital exige pelo menos 10 postos de vigilância desarmada 8 horas cada.

RAZÕES

Preliminarmente é imperioso destacar que a licitação é um procedimento administrativo, composto de atos ordenados e legalmente previstos, mediante os quais a **Administração Pública busca selecionar a proposta mais vantajosa**. Todavia, cada um de seus atos devem ser conduzidos em estrita conformidade com os princípios constitucionais e os parâmetros legais.

De acordo com o professor Gasparini, Diógenes são duas finalidades na licitação: **Primeiro, visa selecionar a proposta mais vantajosa**, que traga os maiores

benefícios financeiros aos órgãos licitantes. E em **segundo lugar oferecer igual tratamento aos que desejam participar do processo**, conforme expresso no art. 3º da L8666/93.

Neste sentido, elucidamos as palavras do renomado Hely Lopes Meirelles, vejamos:

"A escolha da proposta será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, da Publicidade, da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e dos que lhes são correlatos."

De pronto, concluímos que **não há como se falar em proposta mais vantajosa que não esteja em consonância com as normas do edital e os princípios que regem a licitação**. Assim, veremos pontualmente que a **GEATEL SERVIÇOS DE TELEFONIA E SEGURANÇA LTDA não apresentou a proposta mais vantajosa, bem como não atendeu as exigências do edital**.

Nesse sentido, destacamos as lições da ilustre Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

"Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual **"a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada"**, logo, não há espaços para arbitrariedades ou escolhas de licitantes por regras não estabelecidas no edital. A vinculação se traduz numa importante garantia para a sociedade de que **não haverá favorecimentos ou direcionamentos nas aquisições feitas pela Administração Pública**. Esclarece-se também que esse princípio está ligado ao princípio da legalidade, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, bem como na Lei Federal de Processo Administrativo.

Denota-se, assim, que o princípio da legalidade irradia seus efeitos em todos os atos da Administração, de modo que **não existe interesse público à margem da lei**.

Ressaltemos aqui que, quando falamos em vinculação ao instrumento convocatório, há uma regra de obrigatoriedade para que a autoridade não omita regras e condições impostas para a participação e execução do contrato. Assim, o Edital desce às minúcias, não podendo ser abstrato a ponto de haver interpretações dúbias.

Diante disso, entende-se que somente será declarada habilitada a licitante que juntar todo o rol de documentos solicitados no referido edital, lembrando que toda a documentação deverá estar de acordo com a legislação e com data de vigência válida na **data de abertura** da licitação.

Acontece que a Comissão de Licitações da Prefeitura de Ibirubá criou uma nova modalidade de licitação, chamemos aqui de Processo Híbrido, onde a publicação, credenciamento, apresentação de proposta e disputa de lances aconteceu de forma eletrônica e a habilitação aconteceu de forma presencial, de forma que em nenhum momento foi disponibilizado qualquer documentação ou confirmação de recebimento da documentação pela empresa declarada vencedora no sítio eletrônico que hospedou o processo licitatório, condução inédita até o momento por esta licitante, que há mais de 20 anos participa de licitações em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, em consulta realizada por telefone, a pregoeira nos informou que a empresa GEATEL enviou a documentação na tarde do dia 05/07. Ao chegar na prefeitura, no início da tarde do dia 06/07 esta entidade dificultou o acesso aos documentos entregues e imediatamente iniciou o prazo para manifestação de recursos VIA SISTEMA, de forma que esse prazo concedeu 30 minutos para manifestação, que **não pode ser feita de forma não-presencial**, já que o sistema só aceita novas mensagens do vencedor da disputa, e, por fim, iniciou a etapa de adjudicação. Neste sentido o próprio Edital trata que:

12. DOS RECURSOS

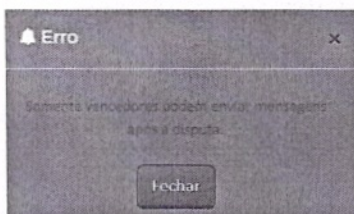
- 12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 3(três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

O recurso deve ser protocolado o pedido original no Protocolo da Prefeitura Municipal de Ibirubá-RS, situado no endereço mencionado no preâmbulo. Em atendimento ao já estabelecido no edital, não serão aceitos recursos enviados por email, correios, transportadora ou outro meio que não seja presencial.

- 12.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

- 12.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

Ou seja, como pode a Sra. Pregoeira iniciar o prazo para manifestação de recursos e em seguida processo de adjudicação **ANTES** de declarar o vencedor da licitação no chat, e também, **ANTES** de fornecer acesso aos documentos de habilitação aos demais licitantes?



04/07/2023 09:41:02	HABILITAÇÃO
06/07/2023 14:10:03	MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS
06/07/2023 14:40:04	EM ADJUDICAÇÃO

Claramente não foi respeitada a ordem dos atos previstos numa licitação, o que desperta dúvida nesta licitante quanto à FAVORECIMENTOS neste processo, já que nos parece que o Edital foi feito "sob medida" para uma empresa local.

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA

Conforme se verifica na documentação juntada pela recorrida, é evidente a constatação dos seguintes vícios insanáveis:

- 1 - A empresa não possui em seu objeto social a atividade de vigilância, não sendo habilitada a prestar os serviços exigidos pelo Edital.
- 2 - Estar em desconformidade com o item 6.1.1 "D" - apresentar autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

O COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL da GEATEL apresenta a atividades em que a empresa atua como:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.534.509/0001-40 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/05/1998
NOME EMPRESARIAL GEATEL SERVICOS DE TELEFONIA E SEGURANCA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) GEATEL		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 33.13-9-99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente 33.29-5-99 - Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente 96.09-2-99 - Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente 80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico		

Por mais que traga a palavra "SEGURANÇA" em sua razão social, é evidente que **nenhuma destas atividades trata sobre segurança**, ou seja, a empresa não está apta a atuar neste segmento.

As Atividades da Segurança Privada no Brasil são autorizadas pela Lei no 7.102, de 20 de junho de 1983, e regulamentada pela PORTARIA Nº 3.233/2012-DG/DPF, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012.

De acordo com a Lei 7,102, cabe ao Ministério da Justiça, por intermédio da Polícia Federal ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal, conceder autorizações e fiscalizar as atividades da segurança privada no Brasil.

A Portaria 3.233/2012, disciplina as atividades de segurança armada ou desarmada, desenvolvidas pelas empresas especializadas e pelos profissionais que nelas atuam.

Em resumo, todo serviço de segurança privada deve ser autorizado pela polícia federal, sendo esta atividade pertencente ao CNAE: 8011-1/01 - Atividades de vigilância e segurança privada, conforme a lei, **as empresas de vigilância patrimonial não poderão desenvolver atividade econômica diversa da que estejam autorizadas.**

A regularidade de empresas perante à Polícia Federal pode ser consultada em: <https://servicos.dpf.gov.br/pgdwebcertificado/public/pages/empresa/consultarSituacaoEmpresa.jsf>

Outro órgão regulamentador no RS é o GSVG - Grupamento de Supervisão de Vigilância e Guardas

Trata-se de órgão fiscalizador e licenciador de empresas de segurança privada desarmada, incluindo portaria, zeladoria, vigia, monitoramento, comércio e instalação de sistemas eletrônicos de segurança.

Criado em 30/05/1969, as atividades desempenhadas pelo GSVG estão reguladas de acordo com as seguintes regulamentações legais:

Decreto Estadual n.º: 32.162/86, Lei Estadual n.º: 8.109/85, NI EMBM 2.5/2018, Lei Federal n.º: 7.102/83 e Portaria n.º: 3.233/2012/DG/DPF de 10/12/2012, que disciplinam em todo o território nacional as atividades de segurança privada armada ou desarmada.

O licenciamento realizado pelo GSVG consiste em organizar uma série de documentos que compõem o processo administrativo para validar a expedição de

Alvará, Portaria, Certidão de regularidade e credenciais de identificação dos integrantes das empresas, outro documento que a licitante não juntou em sua documentação, o que põem em risco a segurança da contratação, já que se trata de uma empresa IRREGULAR. Caso possua, nem pode apresentá-lo, já que a Lei de Licitações é clara e proíbe que sejam colacionados documentos novos posteriormente a entrega do envelope de habilitação.

Tendo o Termo de Referência especificado, ainda na justificativa para a contratação:

Página 18 - Fica clara a necessidade da contratação de **empresa privada especializada em segurança** não armada, para auxiliar as forças de Segurança Pública presentes no Município, para o emprego nos inúmeros eventos que serão realizados no território municipal, em seus respectivos períodos, visando garantir a segurança e a integridade física das pessoas nas promoções realizadas pela Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Desporto.

Além do mais, a **Portaria Nº 3.233/2012-DG/DPF**, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012, cuja as atividades são de responsabilidade do Ministério da Justiça, e disciplinadas e fiscalizadas através do Departamento de Polícia Federal - DPF define grandes eventos aqueles onde 3 (três) mil ou mais pessoas se reúnem. Nessa situação é **obrigatório a contratação de vigilantes especializados na segurança de eventos**. E, para efeitos deste Termo, a atividades de segurança privada, assim como vigilância, é a atividade exercida dentro dos limites dos estabelecimentos, urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio no local, ou nos eventos sociais. Os serviços de segurança privado pleiteados para contratos compreendem todos aqueles a serem prestados com homens e mulheres desarmados destinados a proteção e segurança dos eventos em referência. (grifo nosso)

Há diferenças muito grandes entre vigilantes especializados em grandes eventos (CBO 5173-30) e vigias (5174-20), que são os funcionários contratados pela empresa declarada vencedora, conforme se verifica na documentação apresentada.

O vigilante especializado em grandes eventos precisa ser aprovado primeiro no CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES (validade de 2 anos) e posteriormente na extensão de GRANDES EVENTOS, que emite outro certificado. Vejamos, é constatada mais uma irregularidade na documentação apresentada pela GEATEL, a empresa contratou funcionários com curso de vigilantes (1 vencido há 11 meses) como vigia, para desempenhar função de vigilante grandes eventos, ou seja, já está comprovada a existência de desvio de funções já na fase de habilitação do processo licitatório.

O Termo de Referência é claro e não dá espaço para interpretações diversas, documento menciona a necessidade da contratação de empresa especializada na atividade de segurança privada.

3 - Relação de profissionais disponíveis a menor do que o exigido pelo Edital.

Página 21 - 9 – ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO E PREÇO

9.1. O quantitativo foi estimado conforme cálculo a seguir: 18 (dezoito) eventos no período de 12 (doze) meses, com a presença de **10 (dez) profissionais presentes durante 08 (oito) horas ininterruptas.**

O Edital estima o quantitativo de 10 profissionais e a empresa apresentou 6 registros de empregado, inclusive 1 com a reciclagem do curso de formação de vigilantes vencida há 11 meses, ou seja, restaram 5, literalmente a metade do solicitado no Anexo I.

A empresa deve pelo menos atender o mínimo solicitado pelo Termo de Referência.

4 - Os atestados de capacidade técnica fornecidos pela empresa são insuficientes, uma vez que não especificam quantidade postos, e, o único que especifica, constam 4 seguranças, enquanto o Edital exige pelo menos 10 postos de vigilância desarmada 8 horas cada.

Conforme a Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 5, de 2017, em seu item 10.6, letra b, a comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, é realizada mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Ainda, os **atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;** somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

Para a contratação de até 40 postos de trabalho, atestado comprovando que a contratada tenha executado contrato com um mínimo de 20 postos; **quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação,** conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado **por período não inferior a 03 (três) anos,** nos termos do item 10.7 do Anexo VIIA da IN SEGES/MPDG n. 5/2017; para a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 03 (três) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

Consultando os atestados apresentados pela GEATEL, verificasse que nenhum atende o solicitado pelo Edital, vejamos:

Item	Empresa	Objeto (segurança em eventos)	Quantidade de Funcionários (10 vigilantes)	Período (8 horas)
1	BRILLIÊ JOALHERIA E ÓTICA LTDA	Não Atende	Não Atende	Não Atende
2	INSTITUIÇÃO SINODAL DE ASSISTÊNCIA, EDUCAÇÃO E CULTURA - ISAEC	Atende	Não Atende	Não Atende
3	COOPERATIVA DE CRÉDITO ROTA DAS TERRAS - SICREDI ROTA DAS TERRAS RS/MG	Atende	Não Atende	Não Atende
4	LAGO DAS PALMEIRAS	Atende	Não Atende	Não Atende
5	MÁRCIA DA ROSA REBELATO	Atende	Não Atende	Não Atende

Inclusive, **todos os documentos (atestados e contratos de prestação de serviços) foram emitidos na véspera de abertura do processo licitatório** em questão, causando estranheza e dúvida quanto à veracidade dos mesmos. A comissão deveria ter realizado diligência e solicitado, no mínimo, a cópia da CTPS digital de todos os funcionários (empresa apresentou 1/6), cópia do contrato entre as partes que forneceram atestados e notas fiscais dos serviços realizados.

O ponto é, se todos os CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS apresentados foram emitidos em 30/06 enquanto os ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA apresentados foram emitidos em 28 e 29 do mesmo mês, a empresa vinha prestando serviço com mão-de-obra irregular? Outro ponto é que os contratos de prestação de serviços assinados na véspera da abertura da licitação não devem ser confundidos com REGISTRO DE EMPREGADO, por isso caberia a solicitação da CTPS de todos, já que a empresa não pode ter empregados autônomos para desempenhar este tipo de serviço.

Sabe-se que o processo licitatório deve atender ao princípio da legalidade, devendo observar, principalmente as exigências dispostas no edital, por se tratar de verdadeira lei interna da licitação.

No mesmo sentido, a Administração deve buscar a proposta mais vantajosa **dentro das regras do edital e sem julgamentos subjetivos**. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes no edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes **não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório**; se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I)."

No entanto, a Sra. Pregoeira, por meio de ato eivado de vício, habilitou e sagrou vencedora do certame a empresa GEATEL, mesmo esta **evidenciando sua irregularidade** perante a Receita Federal quando falamos das atividades de

atuação da empresa, perante aos órgãos fiscalizadores das atividades de segurança privada armada e desarmada, sendo eles DPF e GSVG, demonstrado que não presta serviço neste segmento, não tendo o mínimo de funcionários registrados e aptos a laborar atividades de vigilância exigidos nesta contratação, e que os atestados emitidos à véspera da abertura da licitação apresentados tem alta probabilidade de serem fraudulentos. Configura empresa totalmente aventureira no processo licitatório. Consta-se que a banca examinadora desta documentação também não atuou da forma como deveria, inclusive, ao que parece, tentou beneficiar a empresa local ao dificultar o acesso à documentação. Estas atitudes põem em risco a contratação que a Prefeitura está buscando através deste processo licitatório e sua conduta deve ser diligenciada.

Resta claro que não há espaços para arbitrariedades ou escolhas de licitantes por regras não estabelecidas no edital. No mesmo sentido, a Administração deve buscar a proposta mais vantajosa dentro das regras do edital e sem julgamentos subjetivos.

Vale salientar que, o controle realizado pela Administração Pública é ato contínuo, e não deve ser realizado apenas após a habilitação da licitante no certame, o que acarretaria a configuração interferência ao princípio da isonomia e da competitividade, o qual estabelece que a igualdade de condições a todos os concorrentes deve ser sempre mantida e observada, de maneira que não é admissível que uma licitante esteja obrigada a apresentar corretamente todos os documentos enumerados no edital, e outra possa deixar de apresentá-los e ser tida como habilitada e sagrar-se vencedora do certame.

PEDIDOS

Conforme os fatos e argumentos apresentados nestas RAZÕES, solicitamos como lícita justiça que:

A - Seja recebido o presente recurso e processado na forma legal, nos termos da Lei 8.666/93 e da Constituição Federal, **atribuindo de imediato o efeito suspensivo ao procedimento licitatório;**

B - A peça recursal da recorrente seja conhecida para, **no mérito, ser DEFERIDA INTEGRALMENTE**, para o fim específico de inabilitar a empresa declarada vencedora pelas razões e fundamentos expostos;

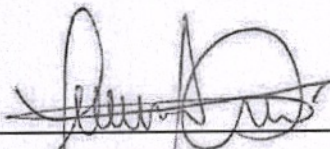
C - Seja **reformada a decisão** da Douta Pregoeira, que declarou de forma equivocada como vencedora a empresa GEATEL SERVIÇOS DE TELEFONIA E SEGURANÇA LTDA.

D - Caso a Douta Pregoeira opte por manter sua decisão, **REQUEREMOS** que, com fulcro no Art. 9º da Lei 10.520/2002 C/C Art. 109, III, § 4º, da Lei 8666/93, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Ijuí, 10 de julho de 2023.



Lucas Fernando Carré
Sócio-administrador

03.994.920/0001-60

PORTAL SUL EMPRESA DE
VIGILÂNCIA S/S LTDA.

Rua 14 de Julho, 1145

CEP 98.700-000
IJUI - RS